

COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR

EDITAL

A **COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS**, Sociedade de Economia Mista, doravante denominada GASMAR, com sede à Rua Azulões, Qd. 02, Lote 01, Ed. Office Tower, Sala 607, Jardim Renascença – São Luís/MA, CEP 65.075-060, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.121.359/0001-30, por meio do Pregoeiro e membros da equipe de apoio, designados pelo Diretor Presidente da Companhia através da PORTARIA nº 001/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 02/08/2023, torna público que realizará a seguinte Licitação:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1081/2024

NÚMERO DO PREGÃO: PE 015/2024

MODALIDADE: Pregão Eletrônico.

TIPO: Menor Preço Global.

MODO DE DISPUTA: Aberta e Fechada.

VALOR ESTIMADO: Sigiloso.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- **CONCORRÊNCIA:** Ampla
- **CONSÓRCIO:** Vedado

REGÊNCIA: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147/2014, Lei Federal 13.303/2016 e demais disposições legais e regulamentares correlatas.

LOCAL E DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO E PROPOSTA)

Recebimento das Propostas: A partir da divulgação até as 08h59min do dia 14/11/2024.

Abertura do Certame: 14/11/2024 às 9h (Horário de Brasília – DF).

UASG: 926678 – Companhia Maranhense de Gás

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Para obter todas as informações relativas à elaboração da proposta e eventual celebração do Contrato, ou caso haja interesse em mais informações, basta solicitar via e-mail: licitacoes@gasmar.com.br

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa de seguro na modalidade de Seguro Empresarial - Riscos Operacionais (*All Risks*), para cobertura de avarias, perdas e danos materiais nas instalações e/ou conteúdo integrantes do Sistema de Distribuição de Gás Natural para a Unidade de Pelotização da Vale –

São Luís/MA, operado pela Companhia Maranhense de Gás - GASMAR, em decorrência de acidentes que aconteçam ou se originem, por conta própria e/ou de terceiros, em todos os Locais de Risco, localizados em vias públicas e/ou privadas, bens do segurado em local próprio e/ou de terceiros, conforme condições e especificações apresentadas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital e seus anexos.

- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Compras.gov.br (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes deste Edital e anexos, prevalecerão as últimas.
- 1.3. O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR.

2. OBTENÇÃO DO EDITAL

- 2.1. Este Edital estará disponível gratuitamente para download nos sites www.gov.br/compras e <http://www.gasmar.com.br/licitacoes.php>.
- 2.2. Para acessar o edital é recomendada a realização de cadastro nos sites informados acima, por meio dos quais serão fornecidas todas as informações necessárias para participação e acompanhamento do certame, sendo o referido cadastro de responsabilidade única e exclusiva do licitante, devendo mantê-lo atualizado.

3. DO VALOR E FONTE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. O valor estimado para esta licitação será sigiloso, na forma do art. 34 da Lei 13.303/2016.
- 3.2. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta do Orçamento da GASMAR: Item 1.7 - Despesas Gerais, subitem 1.7.8 - Seguros.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem às exigências do Edital e seus Anexos.
- 4.2. Não será permitida a participação de empresa que esteja impedida de participar de licitações e de ser contratada pela GASMAR, conforme previsto no art. 38 da Lei nº 13.303/2016:
 - a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da GASMAR;
 - b) que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela GASMAR;
 - c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

4.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1) A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.4 A participação na presente licitação implica e fará prova de que o licitante:

a) Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital, seus Anexos e Adendos, com aceitação integral e irretratável de todos os seus termos, cláusulas e condições, submetendo-se às condições estabelecidas;

b) Não tem dúvidas sobre quaisquer documentos que compõem o Edital, seus Anexos e Adendos, não podendo reivindicar posterior desconhecimento ou falta de recebimento de quaisquer das partes que o integram.

c) Tem conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no Art. 5º, seus incisos e alíneas, seja durante o certame licitatório, seja no decorrer da execução do Contrato. Declara, ainda, para os devidos fins, estar ciente das penalidades previstas na referida legislação; e

d) Considerou que o Edital e seus Anexos referentes a esta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital.
- 5.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail licitacoes@gasmar.com.br.
- 5.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo manifestação expressa em contrário por ato formal do Pregoeiro.
- 5.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no Portal de Licitações da GASMAR, assim como no campo específico deste certame no Compras.gov.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do sistema, ao órgão ou à entidade responsável pela licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. O licitante deverá encaminhar a proposta de preços por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.2.1. Valores unitários e Valores Totais;
- 7.2.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 7.3. Os LICITANTES poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.4. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e/ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 7.5. Como requisito para a participação no pregão, a LICITANTE deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 7.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 7.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.9. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.12. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a GASMAR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 8.1. O início da sessão pública dar-se-á de forma automática, via sistema eletrônico, na data e horário constante do preâmbulo deste edital.
- 8.2. Aberta a sessão pública, o sistema concederá 1 minuto de tempo de aviso prévio para abertura de itens.

- 8.3. Ao fim da etapa de lances, o pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços segundo o critério definido, decidindo sobre aceitação dos preços obtidos e promovendo a desclassificação daquelas que não atendam as condições do Art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR.
- 8.4. Analisada a aceitabilidade das propostas, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das propostas de preços.
- 8.5. Na ocorrência de indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou na necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência na forma do inciso V e § 1º Art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR para fins de comprovação de sua exequibilidade.
- 8.6. O pregoeiro não aceitará as propostas incompatíveis com as especificações definidas para o objeto licitado e que não cumpram os requisitos formais estabelecidos neste edital.
- 8.7. Desclassificadas as propostas reputadas irregulares, o sistema eletrônico ordenará automaticamente as demais, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.8. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.9. No início da etapa de lances, ainda não haverá a identificação dos participantes, o que somente ocorrerá após o encerramento desta etapa, conforme as regras estabelecidas neste edital e de acordo com as normas vigentes.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Iniciada a etapa competitiva, as LICITANTES poderão encaminhar lance exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a LICITANTE imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.2. As LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação.
- 9.3. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando a soma dos valores dos itens.
- 9.4. O valor do lance é de responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro.
- 9.5. As LICITANTES somente poderão oferecer lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.6. As LICITANTES poderão ofertar lances ainda que não sejam suficientes para se tornar o lance vencedor.

- 9.7. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 30,00 (trinta reais)**.
- 9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.9. Durante o transcurso da sessão pública, as LICITANTES serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, que tenha sido apresentado pelas demais LICITANTES, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.11. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às LICITANTES para a recepção dos lances.
- 9.11.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.11.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.12. MODO DE DISPUTA – **ABERTO E FECHADO**: Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.12.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.7. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

9.13. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006 conforme disposto no art. 5º do Decreto 8.538/15.

9.13.1. No caso de impossibilidade da aplicação dos critérios de desempate de forma automática pelo sistema, poderá ser enviado questionamento às LICITANTES de forma a verificar o atendimento das condições para o exercício dos direitos de preferência.

9.14. Na hipótese em que nenhuma das LICITANTES preencha os requisitos do item 9.13, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

10. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao LICITANTE que tenha apresentado o melhor preço, a fim de obter a melhor proposta.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

10.2. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável à LICITANTE, o pregoeiro retornará à fase de negociação e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.3. Ao LICITANTE é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em chat.

10.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para tratativas de diligências, por meio da funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no chat prazo razoável para atendimento, sob pena de desclassificação.

- 10.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.
- 10.6. O pregoeiro fará a solicitação de envio da proposta adequada ao último lance negociado e, se necessário, dos documentos complementares, por meio da ferramenta “Convocar Anexo” disponível no sistema, concedendo o prazo máximo de 02 (duas) horas para o envio.
- 10.6.1. A proposta deverá ser encaminhada conforme o ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS e deverá conter:
- 10.6.1.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do certame;
 - 10.6.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos, anexos e documentos elaborados pela Administração, os quais compõem este edital;
 - 10.6.1.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismos e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (Real), de acordo com os preços praticados no mercado.
 - 10.6.1.3.1. Nos preços deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
 - 10.6.1.3.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados;
- 10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para sua continuidade.
- 10.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos de habilitação serão solicitados apenas do licitante vencedor pelo Pregoeiro em momento adequado.
- 11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- 11.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 11.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.3.3. O LICITANTE será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 11.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do LICITANTE será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 11.6.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 11.6.2. É dever do LICITANTE atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 11.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do LICITANTE, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo PREGOEIRO lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Estadual 10.024, de 2019.
- 11.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste EDITAL e já apresentados, o LICITANTE será convocado

a encaminhá-los, em formato digital, via Sistema Eletrônico (“Convocação de anexo”), no prazo de máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.7.1. A documentação de habilitação complementar também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail licitacoes@gasmar.com.br, nos casos de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição dos demais LICITANTES.

11.7.2. Dentro do prazo previsto no item 11.7, poderão ser remetidos, por iniciativa da LICITANTE, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua documentação de habilitação.

11.7.2.1. Na hipótese de já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que a LICITANTE formalize ao PREGOEIRO, via chat ou mensagem (e-mail), o desejo de envio de nova documentação complementar. Nesse caso, o PREGOEIRO fará novo uso da funcionalidade “Convocar anexo”.

11.7.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as LICITANTES, após transcorrido o prazo previsto no item 11.7, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da documentação de habilitação complementar ou retificadora (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima LICITANTE.

11.7.4. A documentação remetida via mensagem (e-mail) deverá corresponder exatamente àquela inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na desconsideração do mesmo para fins de análise por parte da GASMAR, salvo na hipótese de pedido expresso da LICITANTE, formalizado via chat ou mensagem (e-mail) e dentro do prazo previsto no item 11.7 para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o novo uso, pelo PREGOEIRO, da funcionalidade “Convocar anexo”.

11.7.5. Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório, visto que não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de outros documentos para confirmação dos já apresentados, sendo exemplo a requisição de cópia de contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica já apresentado.

11.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8.1. Caso seja necessário o envio dos documentos originais não-digitais, a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia,

autenticada por funcionário da GASMAR devidamente qualificado, ou por Cartório competente, devendo ser encaminhados ao PREGOEIRO do presente certame na sede da GASMAR, situada na **Rua Azulões, Quadra 02, Lote 01, Ed. Office Tower, Sala 607, Jardim Renascença II, CEP 65075-060 São Luís – Maranhão**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação realizada pelo PREGOEIRO no *chat* do sistema COMPRAS.GOV.

11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9.1. Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.2. Serão aceitos registros de CNPJ de LICITANTE matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9.3. Caso a participação neste procedimento se dê por um estabelecimento e a execução contratual por outro da mesma empresa (Matriz/Filiais), a habilitação dar-se-á por ambos.

11.9.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa LICITANTE e com indicação do número do CNPJ e endereço.

11.10. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente EDITAL e seus anexos.

11.11. Ressalvado o disposto no item 7.4, os LICITANTES deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada a seguir, para fins de habilitação:

11.11.1. **Habilitação Jurídica:**

11.11.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou

11.11.1.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente atualizado e registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da LICITANTE, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações que elejam seus administradores, em atos apartados, deverão ser apresentadas cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do licitante;

11.11.1.2.1. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou de documentos consolidados, se houver,

devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente;

- 11.11.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 11.11.1.4. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), comprobatória da situação atualizada do seu registro, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, exigível somente para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão, em cumprimento aos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/2005;
- 11.11.1.5. Comprovação de registro do ato constitutivo no competente Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade civil, acompanhada do ato de eleição ou nomeação dos administradores em exercício.
- 11.11.1.6. No caso das sociedades civis, a comprovação poderá ser feita mediante certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

11.11.2. Regularidade Fiscal:

- 11.11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 11.11.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão(ões) de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND Regularidade Fiscal PGFN/RFB, inclusive previdenciária);
- 11.11.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- 11.11.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do licitante;
- 11.11.2.5. Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF),

emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF); e,

- 11.11.2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou apresentação da Certidão Positiva com efeitos Negativa, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme dispõe a Lei Federal 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.
- 11.11.2.7. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade.
- 11.11.2.8. É indispensável, por ocasião do certame, que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, em observância ao disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.11.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 11.11.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo IGPM *pro rata tempore*, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta apresentados na forma a seguir, conforme o caso:
 - 11.11.3.1.1. Sociedades Empresárias → Acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento dos Livros Diários, autenticados pela Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante ou, ainda, emitidos junto ao SPED da Receita Federal;
 - 11.11.3.1.2. Sociedades por Ações → Publicações no Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede do licitante, e em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede do licitante, e comprovação de autenticação pelo Órgão do Registro do Comércio do domicílio ou sede do licitante, conforme art. 289 e seu §5º da Lei nº 6.404/76;
 - 11.11.3.1.3. Sociedades Simples → Acompanhados de cópias dos termos de abertura e de encerramento dos Livros Diários, registrados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 11.11.3.2. Os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 11.11.3.3. Compreende-se como Demonstrações Contábeis exigíveis, no mínimo, os

seguintes documentos:

- a) Balanços Patrimoniais e Demonstrações dos Resultados dos Exercícios;
- b) Em sendo companhia aberta, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado.

11.11.3.4. A legislação atual permite a entrega do Recibo do SPED Contábil do exercício anterior até 30 de junho de cada ano. Assim, como princípio de isonomia, para todos os Licitantes serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado até 30 de junho de cada ano; após esta data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado.

11.11.3.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.11.3.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.11.3.7. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração.

11.11.3.8. Certidão Negativa de falência e/ou recuperação judicial emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias contados da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

11.11.3.8.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente Licitação, desde que, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o regular cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado.

11.11.4. Qualificação Técnica:

11.11.4.1. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica, por meio de:

- a) Apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica em nome da Proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando aptidão para a prestação dos serviços do objeto deste edital, em especificações e quantidades, com características pertinentes e compatíveis.
 - i. As informações contidas no(s) atestado(s) estarão sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio da GASMAR.
 - ii. O LICITANTE disponibilizará todas as informações solicitadas e necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- b) Possuir CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) compatível com o escopo objeto desta licitação.
- c) Certidões emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP:
 - I. De Regularidade, que comprove que a proponente está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro objeto da presente contratação;
 - II. De Livre Movimentação de Ativos, que trata da autorização para “movimentar livremente sua carteira de títulos e valores mobiliários, vinculados à garantia de suas provisões técnicas”.

11.11.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados à partir da declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da GASMAR, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.11.5.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

11.11.6. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para sua continuidade.

11.11.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

- 11.11.8. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou documentos de habilitação, escoimados das causas em decorrência das quais foram desclassificados ou inabilitados.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. O advento da intenção de manifestar interesse em recorrer, tanto ao término da fase de julgamento quanto ao término da fase de habilitação, resultará em duas oportunidades de manifestação de recursos.
- 12.2. Classificada a proposta da empresa mais bem classificada na fase de lances, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, automaticamente pelo sistema, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.3. Além desta ocasião, num segundo momento, declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, automaticamente pelo sistema, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.
- 12.4. Havendo quem se manifeste, tanto ao término da fase de julgamento quanto ao término da fase de habilitação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.5. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.6. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.7. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. Recebidas as razões e contrarrazões, o pregoeiro deve enviá-las ao setor requisitante para manifestação, caso trate de questões técnicas. Em se tratando de questão jurídica, presente na fundamentação recursal que necessite ser elucidada, que possa ser objeto de eventual judicialização ou mesmo de eventuais questionamentos dos órgãos de controle externo, o pregoeiro, de posse da manifestação técnica ou jurídica, conforme o caso, reunirá todos os elementos colhidos, redigir sua decisão e inseri-la no sistema.

- 12.9. Se, diante dos fatos e fundamentos do caso concreto, as alegações do licitante recorrente forem procedentes, o pregoeiro promoverá o retorno a fase pertinente, para a prática dos atos necessários a reconsideração da decisão, sem a necessidade de ratificação pelo ordenador de despesas no sistema.
- 12.10. Caso o pregoeiro entenda pela manutenção de sua decisão e, conseqüente improcedência das razões de recurso do requerente, deve-se encaminhar os autos recursais à autoridade competente, que proferirá sua decisão no sistema, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 12.11. O pedido de reconsideração, em recurso a ser decidido unicamente pelo agente que praticou o ato, caberá para toda e qualquer hipótese em que não haja previsão de sua revisão pela autoridade competente superior.
- 12.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.13. Os autos deste pregão permanecerão com vista franqueada aos interessados. Caso haja interesse por parte do licitante em ter acesso aos documentos do processo, deverá entrar em contato com a GASMAR através do e-mail: licitacoes@gasmar.com.br para poderem agendar a visita.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. A adjudicação do objeto e a homologação do presente certame são prerrogativas exclusivas da Autoridade Superior. Havendo a interposição de recurso, a adjudicação/homologação ocorrerá após o julgamento deste, pela autoridade competente.
- 13.2. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor da LICITANTE vencedora.

14. DA EMISSÃO DA APÓLICE

- 14.1. Em razão da natureza do objeto da presente licitação, a emissão da apólice de seguro deverá ser realizada após a homologação do resultado do certame, uma vez que a própria apólice a ser emitida pelo licitante vencedor, juntamente com os anexos (edital de licitação, termo de referência, proposta da contratada e questionário de seguro RC), já é considerado como instrumento de contrato para todos os fins, por se tratar de um contrato de direito privado, regido por normas específicas da SUSEP.
- 14.2. Depois de homologado o resultado do Pregão o objeto licitado, a LICITANTE vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da sua convocação, para emitir Apólice. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela GASMAR. A LICITANTE vencedora deverá manter todas as condições de habilitação constantes neste Edital.

- 14.3. O não-atendimento ao disposto no item 14.1 ou a recusa da adjudicatária em emitir a Apólice no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se a LICITANTE à multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta adjudicada, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, e outras sanções de natureza cadastral.
- 14.4. Não sendo por qualquer razão emitida Apólice pela LICITANTE vencedora, a GÁS DO PARÁ se reserva o direito de declarar a licitação fracassada ou proceder à convocação da LICITANTE subsequente e assim sucessivamente, para as negociações pertinentes.

15. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da LICITANTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.2. A LICITANTE que (i) apresentar documentação ou informação falsa, (ii) ensejar o retardamento no fornecimento do objeto da licitação, (iii) não mantiver a proposta, (iv) falhar ou fraudar a execução do Contrato, (v) comportar-se de modo inidôneo, (vi) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato ou documento equivalente, ou (v) cometer fraude fiscal, estará sujeita, conforme o caso, às mesmas sanções do item 14.4, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração pela infratora.
- 15.3. Conforme art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.4. Na aplicação das sanções, serão observados os § 1º em diante ao § 9º do art. 156 da lei 14.133/21.

15.4.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Qualquer pedido de esclarecimento, impugnação ou recurso, enviados fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital, serão considerados intempestivos, não tendo a Administração obrigação de respondê-los.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo se houver comunicação do pregoeiro em contrário;

- 16.3. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 16.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da LICITANTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 16.5. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar desde a realização da sessão pública.
- 16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na GASMAR.
- 16.7. A autoridade competente poderá revogar a licitação nas hipóteses previstas no § 3º do art. 57 e no inciso II do § 2º do art. 75 da Lei n. 13.303/16, ou ainda por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.
 - 16.7.1. As LICITANTES não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório.
- 16.8. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR, disponível no endereço www.gasmar.com.br, da Lei nº 13.303/2016, da Lei nº 14.133/21 e do Decreto 10.024/2019, todos com suas posteriores alterações.
- 16.9. A CONTRATADA obriga-se a manter as condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato, exceto a manutenção do porte de ME/EPP e opção de regime tributário, informando ao responsável pela fiscalização do contrato, imediatamente, a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação.
- 16.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente previstos sujeitam-se a ser considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços/materiais serem entregues a GASMAR sem ônus adicional.

- 16.11. Os anexos deste edital constituem o rol das obrigações decorrentes da presente licitação e obrigam as partes ao inteiro teor de suas disposições.
- 16.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.13. Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS:

Anexo A - Memorial Descritivo e seus Anexos;

Anexo B - Detalhamento Lucros Cessantes;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

17. RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS LESIVOS

- 17.1. As LICITANTES declaram, sob as penas da Lei, que tem conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no Art. 5º, seus incisos e alíneas, seja durante o certame licitatório, seja no decorrer da execução do Contrato, sob pena de responsabilização, independente da aferição de culpa ou de gradação de envolvimento.
- 17.2. Declaram, ainda, para os devidos fins, estar cientes das sanções previstas no Decreto Estadual "Anticorrupção" nº 31.251/2015, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/2016, demais normas de licitações e contratos da Administração Pública e normas correlatas.


São Luís - MA, 24 de outubro de 2024.

GREGORY KAWAY DE FREITAS SILVA
Pregoeiro - Portaria nº 001/2023

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A - Memorial Descritivo e seus Anexos;

Anexo B - Detalhamento Lucros Cessantes;

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa de seguro (“**SEGURADORA**” ou “**CONTRATADA**”), na modalidade de **Seguro Empresarial - Riscos Operacionais (All Risks)**, para cobertura de avarias, perdas e danos materiais nas instalações e/ou conteúdo integrantes do Sistema de Distribuição de Gás Natural para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA, operado pela **Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (“CONTRATANTE”)**, em decorrência de acidentes que aconteçam ou se originem, por conta própria e/ou de terceiros, em todos os Locais de Risco, localizados em vias públicas e/ou privadas, bens do segurado em local próprio e/ou de terceiros.

2. JUSTIFICATIVA:


2.1. A **Companhia Maranhense de Gás - GASMAR** necessita realizar a contratação de **Seguro Empresarial - Riscos Operacionais (All Risks)**, de forma a salvaguardar a companhia nos casos em que ocorram avarias, perdas e danos materiais nas instalações e/ou conteúdo integrantes do Sistema de Distribuição de Gás Natural para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA, em decorrência de acidentes que aconteçam ou se originem, por conta própria e/ou de terceiros, em todos os Locais de Risco, localizados em vias públicas e/ou privadas, bens do segurado em local próprio e/ou de terceiros.

2.2. A contratação se justifica pelo atendimento ao Planejamento Estratégico e Orçamentário da **GASMAR** para os anos de 2024 e seguintes, em razão do início da operação deste Sistema, cuja previsão será o mês de setembro de 2024. Além disso, o contrato de Cessão de Uso Onerosa firmado entre a **GASMAR** e a **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** exige a apresentação de seguro na modalidade Riscos Operacionais / Nomeados / Multiriscos tão logo a **GASMAR** inicie suas operações.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1. Discriminação dos Locais de Risco e Valores em Risco:

Local	Empresa	CNPJ	Descrição	Endereço	IS - Danos Materiais (R\$)			
					Edificação / Obras Cíveis	Obras IM / Equipamentos / MMU	Conteúdo (MMP)	Total
1a	Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	05.121.359/0001-30	Estação de Regaseificação	Porto de Itaqui: Eixo X: 571059,256 Eixo Y: 9716442,713	18.727.015,59	33.867.215,23	1.585.130,07	54.179.360,89
1b			Gasoduto - Rede Externa	Traçado conforme plantas: DE.EE0523.003.VPT.059 DE.EE0523.003.VPT.060 DE.EE0523.003.VPT.061 DE.EE0523.003.VPT.062 DE.EE0523.003.VPT.063 DE.EE0523.003.VPT.064 DE.EE0523.003.VPT.065 DE.EE0523.003.VPT.066 DE.EE0523.003.VPT.067 DE.EE0523.003.VPT.068 DE.EE0523.003.VPT.069 DE.EE0523.003.VPT.070 DE.EE0523.003.VPT.110, em anexo	10.475.734,14	1.972.220,86	-	12.447.955,00
1c			Módulo de Segurança (MS)	Área da Vale: Eixo X: 572982,304 Eixo Y: 9717182,278	188.463,93	623.373,96	-	811.837,89
1d			Gasoduto - Rede Interna	Área da Vale: DE.002.003.GEN.015 - Rev.17 - RAMAL INTERNO - VALE	980.353,55	160.719,40	-	1.141.072,95
1e			Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM)	Área da Vale: Eixo X: 572816,878 Eixo Y: 9717137,985	515.770,00	2.336.955,09	22.846,33	2.875.571,42
TOTAL VALOR EM RISCO (DANOS MATERIAS)					30.887.337,21	38.960.484,54	1.607.976,40	71.455.798,15

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

3.2. Valor em Risco Declarado:

3.2.1. Valor total de R\$ 89.212.798,15, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VRD (R\$)
1	Danos Materiais	71.455.798,15
1.1	Edificação / Obras Civas	30.887.337,21
1.2	Obras IM/ Equipamentos / MMU	38.960.484,54
1.3	Conteúdo / MMP	1.607.976,40
2	Lucro Cessante (Lucro Bruto) - 12 meses	17.757.000,00
TOTAL GERAL (VALOR EM RISCO DECLARADO)		89.212.798,15


3.3. Coberturas:

3.3.1. Classe de Seguro: Riscos Empresariais - Operacionais (All Risks)

3.3.2. Coberturas, Sublimites (Limites Máximos de Indenização) e Franquias conforme detalhado abaixo:

ITEM	COBERTURAS	LMI (R\$)	FRANQUIA
1	Cobertura Básica (Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronaves)	54.179.360,89	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$100.000,00

ITEM	SUB-LIMITES	LMI (R\$)	FRANQUIA
1	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça	500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$20.000,00
2	Quebra de Máquinas	3.000.000,00	
3	Danos Elétricos	2.000.000,00	
4	Pequenas Obras de Engenharia	4.000.000,00	
5	Impacto de Veículos	800.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$15.000,00
6	Vazamento de Tanques e Tubulações	200.000,00	
7	Tumultos, Greves, Lock-Out, Atos Dolosos, Vandalismo e Comoção Civil	500.000,00	
8	Equipamentos Eletrônicos s/ Roubo	700.000,00	
9	Desmoronamento	500.000,00	
10	Erros e Omissões	5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$1.500,00
11	Equipamentos ou Objetos Portáteis	30.000,00	
12	Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens	200.000,00	
13	Recomposição de Documentos	50.000,00	20% das despesas incorridas
14	Despesas de Salvamento e Contenção	2.000.000,00	
15	Remoção de Entulho	600.000,00	Somar os prejuízos indenizáveis à cobertura acionada para aplicação da franquias
16	Despesas Extraordinárias	600.000,00	
17	Honorários de Peritos	300.000,00	Não há
18	Lucro Cessante (Lucro Bruto) - 6 meses	8.878.500,00	21 dias

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

3.4. O seguro deverá conter cláusula DDR (Dispensa do Direito de Regresso) em favor da **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**, CNPJ: 03.650.060/0001-48, e seus Financiadores, em razão de exigência contratual.

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto é classificado como bem/serviço comum, para fins do disposto no art. 32, IV, da Lei n. 13.303/2016, no parágrafo único, art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.

4.2. A contratação deverá observar as normas contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **GASMAR** e legislações correlatas.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO**, conforme **art. 54, I, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 45 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR**, em razão de o objeto ser indivisível.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO FISCAL


6.1. Comprovação de aptidão para fornecimento do objeto licitado, pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto deste Termo, mediante apresentação de ATESTADO(S) ou DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA em nome da empresa proponente, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie(m) o histórico de fornecimento, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 63, inciso II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da GASMAR**.

6.2. Certidões emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP:

6.2.1. De Regularidade, que comprove que a proponente está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro objeto da presente contratação;

6.2.2. De Livre Movimentação de Ativos, que trata da autorização para “movimentar livremente sua carteira de títulos e valores mobiliários, vinculados à garantia de suas provisões técnicas”.

6.3. Certidões Negativas ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas pelos órgãos de controle fazendário Federal, Estadual e Municipal.

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

7. PRAZO:

7.1. Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses, a contar da assinatura da emissão da apólice, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **GASMAR**.

8. DAS OBRIGAÇÕES:

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1.1. Obedecer rigorosamente às condições contidas nos instrumentos contratuais, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela **GASMAR**.

8.1.2. A **CONTRATADA** não poderá excluir do clausulado contido na especificação da apólice, as Condições Técnicas objeto deste Termo, que deverão prevalecer durante a vigência da apólice, inclusive, se aditado for, pelos períodos estabelecidos na legislação vigente.

8.1.3. Fornecer o objeto da presente contratação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **GASMAR**.

8.1.4. Iniciar a execução do escopo contratual após a emissão da apólice, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido.


8.1.5. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o escopo contratual.

8.1.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **GASMAR** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.7. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **GASMAR**, quanto ao escopo contratual.

8.1.8. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do escopo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.9. Comunicar imediatamente à **GASMAR**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA**, a fim de que sejam corrigidos.

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

8.1.10. Toda e quaisquer despesas decorrentes do cumprimento do escopo contratual, correrá por conta da **CONTRATADA**, inclusive inspeções de risco, serviços especializados em regulação e peritagem de sinistro, com o imediato atendimento às convocações de emergência.

8.1.11. A **CONTRATADA** deverá prestar informações técnicas para a adequação do potencial de riscos existentes na **CONTRATANTE**, respondendo de imediato a todo e qualquer suporte técnico solicitado pela mesma, inclusive quando à cobertura emergencial.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2. Atestar a execução do escopo contratual por meio de gestor e/ou fiscal especificamente designado.

8.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados.

8.2.4. Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no objeto contratado.

8.2.5. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do cumprimento do escopo contratual, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.6. Acompanhar e fiscalizar o perfeito cumprimento das obrigações contratadas por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

8.2.7. Prestar aos empregados da **CONTRATADA**, informações e esclarecimento que eventualmente venham a ser solicitados e, que digam respeito ao escopo contratado.


8.2.8. No caso de sinistro a **CONTRATANTE** deverá avisar imediatamente a **CONTRATADA**, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação necessária definida nas condições gerais do seguro pela **CONTRATADA**.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços ofertados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do início de vigência da apólice, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001.

9.2. No caso de prorrogação da apólice, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar nova apólice de seguro, a vigorar a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.

9.3. A **CONTRATANTE** apresentará à **CONTRATADA** as eventuais alterações no Valor em Risco Declarado (VRD) e/ou nas coberturas contratadas, para fins da apresentação da nova apólice com os referidos ajustes, **mantendo inalteradas as taxas contratadas originalmente.**

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

9.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual inicial atualizado.

10. ORIGEM DOS RECURSOS

10.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto desta contratação serão custeados pela **GASMAR**, previstos para o exercício de 2024, conforme orçamento de Despesa Operacional de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração da **GASMAR**.

11. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em 4 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, mediante a apresentação e encaminhamento da apólice e respectivos boletos, com prazo do primeiro pagamento em 30 (trinta) dias após a sua data de emissão.

11.1.1. Não será exigida a apresentação de Nota Fiscal, considerando que a contratação de seguros é uma operação financeira, não se sujeitando à emissão de Nota Fiscal, seja de serviço ou de venda de mercadorias.

11.1.2. O pagamento fica condicionado à apresentação dos documentos de regularidade Fiscal válidos, conforme abaixo:

11.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos do FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

11.2. Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstância que impeça o pagamento da despesa, os mesmos serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas cabíveis. Neste caso, o prazo de pagamento iniciar-se-á após a regularização, sem ônus à **CONTRATANTE**.

11.3. O pagamento eventualmente realizado com atraso, por parte da **CONTRATANTE**, desde que, não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerá a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die.


12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. A gestão e a fiscalização do escopo contratual serão realizadas, respectivamente pelo Gerente Administrativo e Financeiro, Esdras Negreiros, e pela Supervisora Administrativo e Financeiro, Emilly Martins, ambos colaboradores da GASMAR.

12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

12.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do escopo contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

12.2.2. Solicitar à **CONTRATADA** todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do escopo contratual e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

12.2.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.2.4. Propor a aplicação de penalidades à **CONTRATADA** e encaminhar à **CONTRATANTE** os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

12.3. A ação da Fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

13. PROPRIEDADE, SIGILO, RESTRIÇÕES:

13.1. A **CONTRATADA** deverá manter a confidencialidade de todas as informações, dos dados e informações referentes ao objeto ofertado, sob as penas da Lei, inclusive os que lhe forem transmitidos pela **CONTRATANTE**.

14. DAS PENALIDADES:

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **GASMAR**, próprias do controle de gestão de contratos administrativos da administração pública (arts. 82 e 83 da Lei 13.303/16).

14.2. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** o direito da ampla defesa e do contraditório.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos produtos relacionados no objeto desta contratação.


15.2. As preponentes poderão realizar vistoria técnica aos locais de risco, para conhecimento de todas as informações e características específicas do objeto, mediante agendamento junto a **CONTRATANTE**.

15.2.1. No caso de opção pela não realização da vistoria prévia, o preponente deverá apresentar declaração de que abriu mão desta vistoria prévia e de que assume todas as consequências que poderão advir pelo não conhecimento detalhado do escopo desta contratação.

15.2.2. Não haverá vistoria sem prévio agendamento.

15.3. Não será firmado contrato específico. A apólice emitida e os demais documentos integrantes da licitação serão os instrumentos contratuais que regerão essa contratação.

15.4. Não será exigida Garantia Contratual.

	TERMO DE REFERÊNCIA	
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
	TÍTULO:	Contratação de Seguro de Riscos Operacionais para o Sistema de Distribuição de Gás para a Unidade de Pelotização da Vale – São Luís/MA

16. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

16.1. São Anexos deste Termo de Referência, fazendo dele parte integrante independentemente da transcrição, os seguintes documentos:

16.2. Anexo A - Memorial Descritivo e seus Anexos

16.3. Anexo B - Detalhamento Lucros Cessantes

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

17.1. Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei n. 13.303 de 30 de junho de 2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **GASMAR**.

São Luis, 17 de setembro de 2024

ESDRAS ROCHA NEGREIROS

Gerente Administrativo e Financeiro

Diretoria Administrativa e Financeira da GASMAR

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

1. Dados do Segurado:

Nome: Companhia Maranhense de Gás - GASMAR
CNPJ: 05.121.359/0001-30
Endereço: Rua dos Azulões, nº 01, Edifício Office Tower, Lote 1, Quadra 2, sala 607, Jardim Renascença, São Luís, Maranhão, CEP: 65.075-060

Histórico:

A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR é uma Sociedade Anônima de Economia Mista e de Capital Fechado, criada por meio da Lei Estadual nº 7.595/2001. Constituída na forma de Sociedade de Economia Mista, a Companhia rege-se por legislação específica, notadamente a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e a Lei nº 13.303/16 (Estatuto das Empresas Estatais), normas estas que lhe conferem personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

Em 02 de julho de 2002 o ESTADO DO MARANHÃO concedeu à GASMAR, por meio de Contrato de Concessão de Serviços Públicos, os direitos de exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido e liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termoeletrica ou quaisquer outras finalidades e usos, possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo o território do Estado do Maranhão. A concessão tem prazo de vigência até o dia 28 de fevereiro de 2043, podendo, ao final, ser prorrogado por mais 30 (trinta) anos.

A GASMAR iniciou suas operações em 2013 e desde então atua na operação e manutenção do Sistema de Distribuição de Gás Natural do Complexo Termoeletrico do Parnaíba, cuja base operacional está localizada em Santo Antônio dos Lopes/MA.

Em 01 de julho de 2022 a GASMAR firmou contrato com a VALE de prestação de serviço de movimentação de gás natural para a Usina de Pelotização em São Luís/MA, a partir de 2024. A GASMAR está concluindo os investimentos para a construção da Estação de Regaseificação e da Rede de Distribuição interligando a estação da Companhia, localizada no Porto de Itaqui, à área da VALE, região Itaqui-Bacanga. A nova rede também criará condições para o uso do gás por indústrias e outros segmentos da região, assim como o gás veicular no Estado.

2. Composição Acionária:

A GASMAR possui em seu quadro de acionistas o ESTADO DO MARANHÃO, Pessoa Jurídica de direito público, sócio controlador da Companhia e a TERMOGÁS S/A, empresa responsável por diversos empreendimentos nos setores de energia, infraestrutura e gás natural:

ACIONISTA	CAPITAL TOTAL	AÇÕES PREFERENCIAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS
ESTADO DO MARANHÃO	25,5%	-	51%
TERMOGÁS	74,5%	100%	49%

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

3. Locais de Risco:

Local	Empresa	CNPJ	Descrição	Endereço
1a	Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	05.121.359/0001-30	Estação de Regaseificação	Porto de Itaqui: Eixo X: 571059,256 Eixo Y: 9716442,713
1b			Gasoduto - Rede Externa	Traçado conforme plantas: DE.EE0523.003.VPT.059 DE.EE0523.003.VPT.060 DE.EE0523.003.VPT.061 DE.EE0523.003.VPT.062 DE.EE0523.003.VPT.063 DE.EE0523.003.VPT.064 DE.EE0523.003.VPT.065 DE.EE0523.003.VPT.066 DE.EE0523.003.VPT.067 DE.EE0523.003.VPT.068 DE.EE0523.003.VPT.069 DE.EE0523.003.VPT.070 DE.EE0523.003.VPT.110, em anexo
1c			Módulo de Segurança (MS)	Área da Vale: Eixo X: 572982,304 Eixo Y: 9717182,278
1d			Gasoduto - Rede Interna	Área da Vale: DE.002.003.GEN.015 - Rev.17 - RAMAL INTERNO - VALE
1e			Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM)	Área da Vale: Eixo X: 572816,878 Eixo Y: 9717137,985

Figura 1 – Layout GERAL



MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

4. Data de Entrada em Operação Comercial:

A previsão de início de operação do Sistema de Distribuição de Gás Natural para Unidade de Pelotização da Vale-São Luís, é no período de 01/10/2024 a 30/10/2024.

5. Consórcio Construtor:

VIPETRO CONSTRUCOES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. – CNPJ: 09.080.623/0001-96
HABILI ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA – CNPJ: 26.549.607/0001-19
GALILEO TECNOLOGIA PARA GAS S.A – CNPJ: 37.352.656/0001-83

6. Descrição do Risco:

O empreendimento consiste na distribuição de aproximadamente 250.000 m³/dia (condições de referência) de gás natural para atendimento da Unidade de Pelotização da Vale implantada em São Luís - MA.

A Estação de Estocagem e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), construída dentro da poligonal do Porto do Itaqui, é composta por um conjunto de equipamentos que realizarão todos os processos necessários para tornar o gás apto para a distribuição canalizada, ou seja, nesta estação o GNL será convertido para o estado gasoso e em seguida passará por processos para adequação da pressão, medição da composição (cromatografia gasosa) e odorização, sendo posteriormente enviado através de gasoduto de distribuição até a Unidade de Pelotização, onde o gás é transferido para a VALE através de uma estação, que realizará os processos de filtragem, regulagem de pressão e medição do gás natural. Esta estação é de propriedade da GASMAR, apesar de estar instalada em uma área cedida à GASMAR pela VALE dentro do seu site.

O abastecimento de GNL na Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR será realizado por um fornecedor (ENEVA) que entregará o GNL à GASMAR via modal rodoviário por meio de carretas de GNL, sendo que dentro da estação cada carreta permanecerá somente o período necessário para a transferência do GNL (através de bombeamento) para os tanques de estocagem operacional da GASMAR.

6.1. Estação de Estocagem e Regaseificação de GNL

A Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR, está implantada dentro da poligonal do Porto do Itaqui (São Luís/MA), possuindo uma área de aproximadamente 27.270,93 m². A estação contempla uma arquitetura de projeto que abrange equipamentos e estruturas que serão responsáveis pelo recebimento e transferência de GNL, medição de GNL, estocagem operacional (“pulmão”), regaseificação, análise cromatográfica e odorização.

Os principais elementos que compõem a Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR são:

- Prédio operacional, oficina e abrigos.
- Módulo de transferência de GNL, que contempla um conjunto de equipamentos e componentes responsáveis pelas atividades de recebimento (conexão) das carretas de GNL

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

e pela transferência do GNL das carretas ao módulo de estocagem operacional.

- Módulo de medição para mensurar o GNL recebido.
- Módulo de estocagem operacional composto por 18 isotanques fixos, com volume geométrico de 43,5 m³, totalizando 783 m³.
- Módulo composto por 2 conjuntos de vaporizadores ambientais.
- Módulo de cromatografia.
- Módulo de odorização/odoração.

Todas as tubulações e equipamentos de processo que irão compor a Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR foram fabricados a partir de grupos de materiais específicos que consigam atender as condições e parâmetros operacionais que são exigidas em cada etapa do processo, sendo que:

- **Na etapa de escoamento de GNL (fluido criogênico)** todos os tubos, conexões e equipamentos foram fabricados a partir de aço-liga inoxidável austenítico, **projetados para operar em temperatura criogênicas de até -192°C.**
- **Na etapa de escoamento do gás natural, em sua fase gasosa,** foram utilizados tubos e conexões em aço carbono, conforme especificações estabelecidas em grupos de norma da ASTM, ANSI, ASME e API. Para flanges e válvulas foi utilizado material em aço carbono e classe 150#, aptos para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C, conforme as especificações apresentadas nas normas ANSI B16.5 - Steel Pipe Flanges – Pressure and Temperature Ratings e ASME B16-34 - Valves - Flanged Threaded and Welding End. Todos os demais equipamentos foram projetados para atender, no mínimo, as especificações de classe 150# apresentadas para os flanges e válvulas, ou seja, aptos para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C.

A Estação de Estocagem e Regaseificação também possui dispositivos automáticos de segurança (PSV's - Pressure Safety Valve) que tem como função aliviar o sistema de maneira pontual em caso de sobrepressão. As PSV's são distribuídas na estação de acordo com as definições de projeto.

6.1.1. Módulo de Transferência de GNL

Este módulo realizará a transferência do GNL das carretas de GNL até os 18 Isotanques fixos instalados na Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR.

Este módulo consta de 3 baias de descarregamento, sendo que cada baia possui uma bomba criogênica com capacidade de transferir 21.000 kg/ h (mínima) de GNL. O sistema foi projetado para poder utilizar até duas baias de forma simultânea. **Duas baias funcionarão de maneira simultânea e a terceira baia funcionará como reserva (backup).**

6.1.2. Estocagem Operacional (“Pulmão”)

A Estocagem Operacional é composta de 18 Isotanques fixos de 43,5 m³ de volume geométrico cada um, totalizando 783m³.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

Os Isotankes de GNL são projetados para suportar temperaturas criogênicas, manter o líquido a baixa temperatura e minimizar a quantidade de evaporação.

O conjunto de Isotankes possui uma autonomia de aproximadamente 43 horas, considerando a vazão máxima da estação (250.000 m³/dia nas CONDIÇÕES REFERÊNCIA). Ou seja, a estocagem a ser realizada pela GASMAR atuará apenas como um “pulmão”, com o intuito de mitigar possíveis paradas no processo, já que será imprescindível que a estação opere 24 horas por dia nos 7 dias da semana, para que não ocorra descontinuidade no suprimento do gás natural canalizado.

Os Isotankes dispõem de um sistema de proteção automática para evitar sobrepressão, sendo o mesmo composto por um conjunto redundante de PSV's (pressure safety valve) que tem como função aliviar os tanques caso seja verificado uma pressão acima dos limites estabelecidos.

Cada Isotanke, apresenta as seguintes características:

Parâmetros	Valores
Pressão de Projeto [barg]	16,5
Temperatura de projeto [°C]	-196/50
Temperatura de trabalho [°C]	-196/-162
Fluido estocado	GNL
Volume geométrico [m ³]	43,5
Volume útil [m ³]	41,3 (95% do Volume geométrico)
Pressão de abertura das PSV's (barg)	16,5

6.1.3. Vaporizadores Ambientais

O GNL armazenado nos tanques criogênicos estará na forma líquida a uma temperatura de aproximadamente -162 °C. Para passar novamente ao estado gasoso, o GNL será encaminhado para os vaporizadores ambientais, que permitirão a troca de calor entre o GNL e o meio ambiente. Este sistema é composto por 2 conjuntos de vaporizadores ambientais que trabalharão em ciclos, ou seja, de forma alternada.

Conforme relatado acima, o sistema de trabalho será de alternância, sendo utilizado 1 conjunto de vaporizadores em paralelo por 8 horas enquanto o outro conjunto regenera (degela). Os vaporizadores são em alumínio extrudado composto por aletas que aumentam a superfície de contato, de modo a melhorar a eficiência da troca térmica.

6.1.4. Cromatografia

Para controlar a qualidade do gás natural distribuído será realizada a análise da composição do gás através de amostragem de linha e uso de um sistema de cromatografia em fase gasosa, onde serão realizadas medições frequentes para a determinação dos níveis de metano, etano,

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

propano, iso-butano, n-butano, neo-pentano, iso-pentano, Hexano+, dióxido de carbono (CO₂) e nitrogênio (N₂).

6.1.5. Odorização/Odoração

Como o gás natural in natura é inodoro, e quando transportado como GNL também é mantido sem odor, é difícil detectar um vazamento sem os instrumentos adequados. **Para facilitar a detecção de um vazamento de gás será adicionado um produto odorante ao gás natural**, à base de enxofre. O odorante a ser utilizado é uma mistura 30% de Terc-butilmercaptana e 70% de Tetrahydrothiofeno, que será fornecido por empresas especializadas no segmento.

Após a análise cromatográfica será realizada a atividade de odorização/odoração do gás, em conformidade com a norma NBR 15616 (Odoração do Gás Natural Canalizado).

O sistema de odorização é composto basicamente por bombas injetoras, tanque de estocagem de odorante (em aço inoxidável) e sistema de controle.

6.2. Gasoduto de Distribuição

Após o gás natural ser condicionado para comercialização, através dos processos adotados na Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR, este seguirá para a Unidade de Pelotização da VALE por meio de um gasoduto dividido em dois trechos principais:

- **Trecho I:** Gasoduto com ponto de partida na Estação de Estocagem e Regaseificação da GASMAR, localizada no Porto do Itaquí, e seguindo pela BR 135 até chegar às instalações da VALE e se interligar ao Módulo de Segurança, construído na área interna da VALE. Este trecho do gasoduto foi construído quase em toda a sua totalidade enterrado.
- **Trecho II:** Gasoduto construído na área interna da VALE para interligar o Módulo de Segurança até a Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM). Este trecho do gasoduto foi construído totalmente aéreo e apoiado sobre suportes metálicos (conforme solicitado pela VALE), onde o vão máximo entre os suportes é de 8 metros.

Todo o processo de construção e montagem do gasoduto de distribuição teve como premissa as recomendações presentes na NBR 12712 - Projeto de sistemas de transmissão e distribuição de gás combustível, sendo que as tecnologias para execução de tais serviços tiveram como enfoque os métodos destrutivo e não destrutivo.

O método não destrutivo foi baseado no processo de furo direcional, sendo essa uma tecnologia que possibilita uma perfuração direcionada com o auxílio de equipamentos de última geração, evitando o excesso de escavações característicos dos métodos convencionais (destrutivos) e permitindo que seja realizado o assentamento de tubulações abaixo de estruturas já construídas, sem que cause qualquer tipo de dano ou desgaste às fundações da estrutura, mantendo sua durabilidade intacta e a segurança do local. Essa metodologia foi utilizada principalmente para assentamento dos trechos de tubulações subterrâneas nas áreas onde os métodos destrutivos (escavações) se apresentaram inviáveis.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

Para esse gasoduto de distribuição foram utilizadas tubulações de aço carbono de 8" do tipo API 5LGR.B - SCH 40, sendo que tais especificações tiveram como premissa as condições e parâmetros operacionais estabelecidos para atendimento da VALE, bem como as recomendações da NBR 12712, que apresenta a metodologia de cálculo para definir a espessura mínima de parede requerida por um gasoduto de distribuição para operar em condições seguras. Tal espessura foi definida a partir de informações, conforme apresentada na Equação 1, obtidas das propriedades mecânicas do material do tubo especificado para a rede, assim como o grau de atividade humana capaz de expor o gasoduto a danos causados pela instalação de infraestrutura de serviços, tais como drenagem pluvial, esgoto sanitário, cabos elétricos e telefônicos, tráfegos rodoviários, ferroviário e outros.

$$e = \frac{P \times D}{2 S_y \times F \times E \times T}$$

Onde:

e = Espessura requerida de parede (mm).

P = Pressão de projeto (kPa).

D = Diâmetro externo (mm).

S_y = Tensão mínima de escoamento especificada para o material (kPa). As tensões mínimas de escoamento especificadas para os materiais constam no Anexo D da NBR 12712.

F = Fator de projeto determinado (adimensional).

E = Fator de eficiência da junta (longitudinal ou helicoidal) (adimensional).

T = Fator de temperatura (adimensional).

De modo que, **a utilização de tubos de aço carbono de 8" do tipo API 5LGR.B - SCH 40 garantem ao gasoduto operar de forma segura em pressão de até 70 barg e temperatura de até 120°C, sendo condições bem superiores ao que se é estabelecido para o empreendimento.**

Todos os tubos utilizados para o trecho do gasoduto enterrado também foram protegidos com revestimento externo de polietileno de alta densidade em sistema de tripla camada (tipo Nn), conforme estabelecido na norma DIN 30.670 de 2012. Para melhorar a segurança operacional, no que tange os processos de corrosão, o gasoduto contará com um sistema de proteção catódica por corrente impressa.

Para esse gasoduto de distribuição foram utilizadas válvulas em aço carbono e classe 150#, aptas para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C, conforme as especificações apresentadas na norma ASME B16-34 - Valves - Flanged Threaded and Welding End. Todos os demais equipamentos foram projetados para atender, no mínimo, as especificações de classe 150# apresentadas para as válvulas, ou seja, aptos para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C.

O caminhamento com a localização exata do gasoduto consta no Anexo A.4 - Traçado do Gasoduto.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

6.3. Estação de Entrega (Módulo de Segurança, Ramal Interno e ERPM)

A Estação de Entrega do GNL, localizado na área interna da VALE, pode ser resumidamente descrita como constituída por três principais sistemas: Rede Interna, Módulo de Segurança e Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM), que estão apresentados no anexo A.6 e também na especificação técnica Anexo A.3 - ET.GEOPE.009.

O Módulo de Segurança e a Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM) serão auto operadas e monitoras remotamente pela GASMAR.

Todas as tubulações e equipamentos que compõem o Módulo de Segurança e a ERPM foram fabricados a partir de grupos de materiais específicos que atendem às condições e parâmetros operacionais que são exigidas em cada etapa do processo, sendo que:

- Os tubos e conexões foram fabricados em aço carbono, conforme especificações estabelecidas em grupos de norma da ASTM, ANSI, ASME e API.
- Para flanges e válvulas foi utilizado material em aço carbono e classe 150#, aptos para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C, conforme as especificações apresentadas nas normas ANSI B16.5 - Steel Pipe Flanges - Pressure and Temperature Ratings e ASME B16-34 - Valves - Flanged Threaded and Welding End.
- Todos os demais equipamentos foram projetados para atender, no mínimo, às especificações de classe 150# apresentadas para os flanges e válvulas, ou seja, aptos para operar em pressões de até 16,5 barg e temperaturas de até 100°C.

Importante ressaltar que o Módulo de Segurança e a Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM), alocada dentro da VALE, não terão estocagem de GNL/gás natural.

6.3.1. Módulo de Segurança

O Módulo de Segurança e toda a infraestrutura (bases de concreto, pavimentação, cercas de delimitação, portões de acesso, eletrodutos, caixas de passagem, posteamento, sistema de CFTV e shelter) foi construído em uma área cedida pela VALE, rente ao muro, com aproximadamente 120m², imediatamente a jusante do ponto de afloramento do gasoduto.

Esse Módulo de Segurança é constituído de duas válvulas ESDV's - Emergency Shutdown Valve (válvulas esferas com atuador pneumático Scotch Yoke acionado por solenoides) instaladas em paralelo, **que atuarão para realizar o interrompimento do fluxo de gás natural em casos de variações excessivas da pressão no sistema**, conforme parâmetros apresentados na tabela abaixo:

Parâmetros	Valores
Pressão Mínima (barg)	4
Pressão Máxima (barg)	16,5

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

O controle principal das ESDV's é realizado por meio de um Sistema Instrumentado de Segurança (SIS), o qual será responsável por monitorar as condições e parâmetros operacionais, realizando o fechamento das ESDV's quando verificadas condições de risco e garantindo a parada de emergência da planta quando os limites considerados seguros forem ultrapassados.

Para ter um sistema com maior confiabilidade e eficiência, a malha de controle do sistema dispõe em sua arquitetura de metodologia de verificação instrumentada triplex (votação 2oo3), onde todos instrumentos responsáveis por monitorar as condições e parâmetros operacionais da planta têm redundância em três canais (instrumentos), garantindo uma maior amostragem de dados e possibilitando que, mesmo na falha em um dos canais, a arquitetura ainda consiga estabelecer com alta confiabilidade as funções de segurança a ela estabelecida.

A atuação das ESDV's, como um critério adicional de segurança, também poderá ser realizada por um operador ou responsável técnico a partir de uma botoeira de emergência que está alocada na sala de controle, localizada na Estação de Estocagem de Regaseificação da GASMAR. Para a atuação de emergência foram estabelecidos procedimentos que têm como parâmetros a segurança operacional e continuidade na demanda.

6.3.2. Estação de Regulagem de Pressão e Medição – ERPM

A ERPM e toda a infraestrutura (bases de concreto, pavimentação, cercas de delimitação, portões de acesso, eletrodutos, caixas de passagem, posteamento e shelter) foi construída em uma área cedida pela VALE, com aproximadamente 1.000m², imediatamente a montante do ponto de entrega do gás natural à VALE (próximo da planta de pelletização), sendo esta estação responsável por realizar a transferência de custódia do gás natural para a VALE.

Esta estação é composta por sistemas modulares auto operados e monitorados remotamente, conforme descrição resumida abaixo:

- **Sistema de Filtragem:** Constituído por dois tramos (principal + backup) que serão responsáveis por limpar o gás natural antes de sua entrega para a VALE. Cada tramo possui um filtro que foi projetado para reter partículas sólidas (até 5 micras). **Cada filtro dispõe de uma PSV's (pressure safety valve) que tem como função aliviar o equipamento caso seja verificado uma pressão acima dos limites estabelecidos**, sendo o set desse projeto definido em 16,5 barg.
- **Sistema de Regulagem:** Constituído por dois tramos (principal + backup) que serão responsáveis por regular a pressão do gás natural para a faixa operacional de entrega, definida contratualmente entre a GASMAR e VALE. Em cada tramo foram instaladas duas reguladoras de pressão em série, sendo uma operando como monitora (stand by) e outra operando como principal (ativa) no controle da pressão. Este sistema, que mesmo na falha da reguladora ativa (falhando aberta), possibilita que não haja o corte no fluxo do gás, pois a reguladora de pressão monitora assume o controle da pressão de fornecimento. **Cada tramo de regulagem também contém uma válvula de bloqueio automático** (válvulas esferas com

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

atuador pneumático *Scotch Yoke* acionado por solenoides) que atuará em casos de variações excessivas da pressão no sistema.

- **Sistema de Medição:** Constituído por dois tramos (principal + backup) que serão responsáveis por mensurar o gás natural entregue para a VALE. Cada tramo possui um medidor de vazão volumétrico do tipo ultrassônico, um transmissor de pressão e um transmissor de temperatura. Cada medidor de vazão tem acoplado em seu corpo um computador de vazão que será responsável por corrigir o volume de gás natural das condições operacionais para as **CONDIÇÕES DE BASE**. Para esse cálculo, o computador de vazão realizará em conformidade com as normas AGA 8 (Compressibility Factors of Natural Gas) e AGA 9 (Measurement of Gas by Multipath Ultrasonic Meters).

A ERPM também possui dispositivos automáticos de segurança (PSV's - Pressure Safety Valve), alocados em pontos específicos de projeto, que tem como função aliviar o sistema de maneira pontual em caso de sobrepressão, sendo que em complemento a esses dispositivos, conforme citado anteriormente, a mesma também contará com válvulas redundantes para a regulação de pressão e bloqueio automático (válvulas esferas com atuador pneumático *Scotch Yoke* acionado por solenoides) que atuará em casos de variações excessivas da pressão no sistema, impedindo a continuidade de fluxo de gás natural para as instalações do cliente e mitigando o risco de possíveis acidentes.

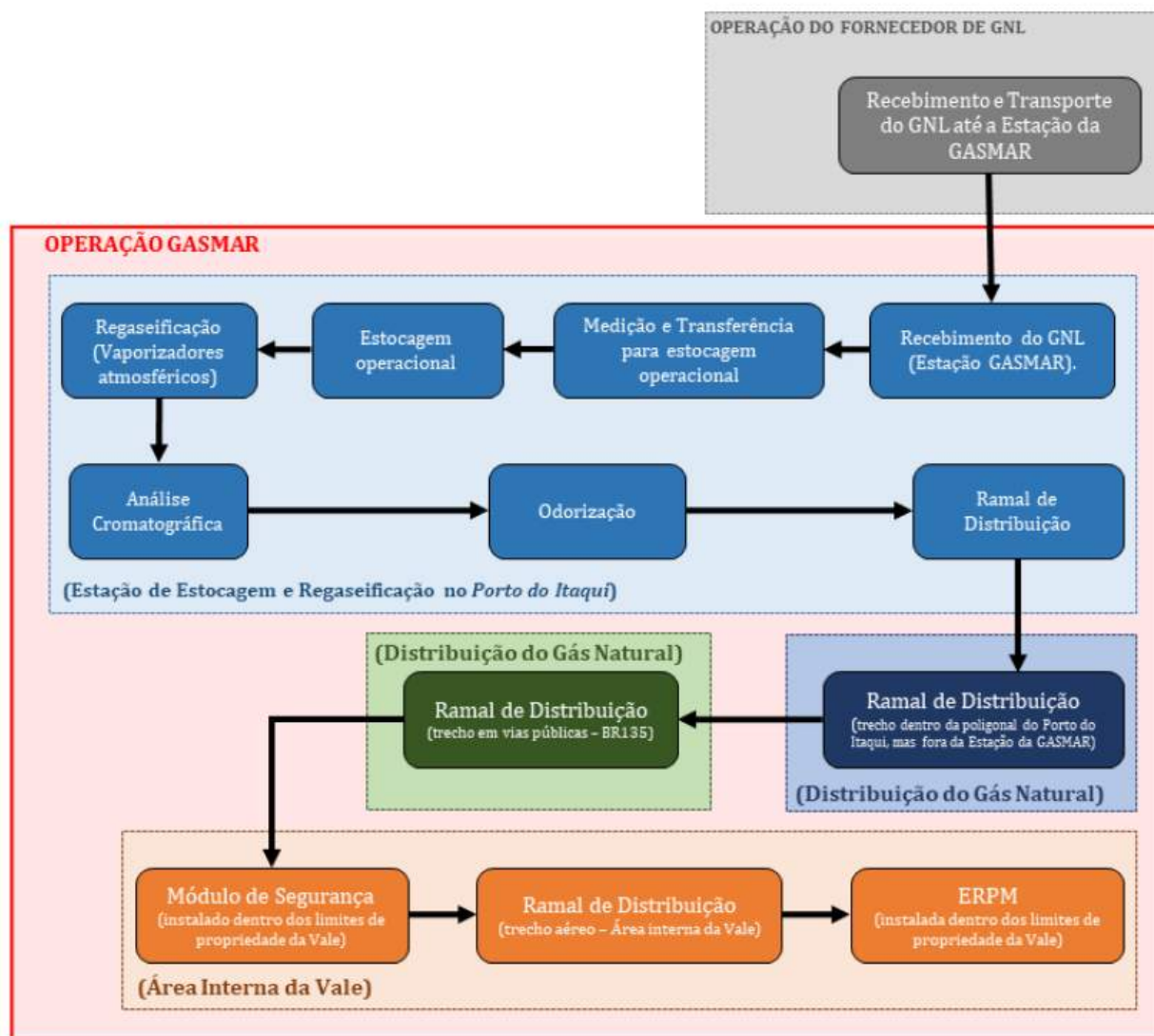
Cabe ressaltar que esses dispositivos de segurança instalados na ERPM para mitigar possíveis acidentes que podem ocorrer ao longo da operação por meio de variações excessivas da pressão são complementos àqueles que fazem parte de toda cadeia de distribuição de gás natural até a VALE. Como toda a cadeia é interligada fisicamente, é esperado que em caso de condições de riscos operacionais os dispositivos e sistemas de segurança atuem inicialmente no topo da cadeia de processo, ou seja, na Estação de Recebimento e Regaseificação da GASMAR.

6.4. Fluxograma Esquemático

A seguir é apresentado um fluxograma de blocos identificando as atividades desenvolvidas.

A linha tracejada em azul delimita as atividades desenvolvidas dentro da poligonal do Porto do Itaquí, enquanto a linha tracejada em laranja delimita as atividades desenvolvidas dentro das instalações da VALE.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS



7. Especificações Técnicas

Para um maior detalhamento dos equipamentos que compõem os sistemas de armazenamento e distribuição do GNL estão disponíveis os anexos abaixo discriminados, com as especificações técnicas dos sistemas:

- a) Anexo A.1 - ET.GEOPE.007: Especificação técnica do Layout da planta, do Módulo de Transferência de GNL, Módulo de Medição, Tanques de Armazenamento, Sistemas de Regulagem, Vaporização e Odorização.
- b) Anexo A.2 - ET.GEOPE.008: Dados técnicos do Gasoduto de Distribuição que interliga a Estação de Estocagem e Regaseificação de GNL à Estação de Entrega (Módulo de Segurança)

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

e ERPM) de gás natural para a VALE. Também detalha as técnicas de proteção para o Gasoduto.

c) Anexo A.3 - ET.GEOPE.009: Dados técnicos da Estação de Entrega.

8. Sistemas de Proteção Existentes:

8.1. Risco Incêndio:

8.1.1. Extintores:

Tipo	Quantidade	Capacidade
Extintor PQS	29	6Kg
Espuma Mecânica	2	6Kg
Extintor PQS - Sobrerodas	24	20kg
Extintor PQS Sobrerodas	30	50kg

8.1.2. Hidrantes:

Nº Pontos: 06	Internos: 06	Externos:
Tipo :	Caixa ()	Coluna (x)
Canalização: 250m	Diâmetro: 110mm	Material: PPR
Abastecimento: Gravidade ()	Bomba (x)	Reserva Incêndio: 4 m ³

8.1.3. Sprinklers (x)SIM () NÃO

8.1.4. Sistemas de Detecção e Alarme (x) SIM () NÃO

8.1.5. SPDA (x) SIM () NÃO

8.1.6. Sistema Público de Combate a Incêndio (Bombeiros) (x) SIM () NÃO
(Corpo de Bombeiros Militar-MA, na Avenida dos Portugueses, s/nº, Bacanga, São Luís, MA a apenas 8,7km de distância. A Gasmar é integrante do PAM- Plano de Auxílio Mútuo, composto por todas as empresas instaladas no Porto de Itaqui)

8.1.7. Sistemas Especiais de Proteção (x) SIM () NÃO
(Central de Controle e Sistemas de Detecção de Vazamento de Gás, Fumaça, Calor e Chama, interligados ao Sistema de Alarme Visual e Sonoro)

8.2. Roubo:

8.2.1. Vigilância (x) SIM () NÃO

8.2.2. Monitoramento (x) SIM () NÃO

8.2.3. Circuito Interno TV (x) SIM () NÃO

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

8.2.4.	Botão de Pânico	() SIM	(x) NÃO
8.2.5.	Cercas / Muros	(x) SIM	() NÃO
8.2.6.	Rondas	(x) SIM	() NÃO
8.2.7.	Distrito Policial (5º Distrito Policial localizado na Rua Bom Jesus, 162, Anjo da Guarda, São Luís, MA, a apenas 4,8km de distância)	(x) SIM	() NÃO

8.3. Quebra de Máquinas / Danos Elétricos:

8.3.1. Falha do Sistema de Alimentação Elétrica

Para os casos de falta de energia por fornecimento da concessionária local, a planta conta com dois geradores (redundantes) de energia operados a diesel e uma unidade de UPS (Uninterruptible Power Supply) com baterias que podem manter o sistema essencial da planta operando durante duas horas, no caso de falha dos geradores.

8.3.2. Falha no Sistema de Transferência

As bombas criogênicas operam com redundância e nos casos de falha, a operação permanece de maneira ininterrupta, durante a manutenção.

8.3.3. Falha nos Módulos de Regulagem

Todos os módulos de regulagem de pressão são providos de ramal reserva (redundante) para que nos casos de falha o sistema continue operando até que seja realizado a manutenção.

8.3.4. Falha no Sistema de Armazenamento

Como o sistema de armazenamento possui 18 tanques (Isotanques), em casos de falha é possível isolar a unidade com defeito e o sistema continuar operando com os demais sem que haja necessidade de interrupção da operação.

8.3.5. Falha no Sistema de Odorização

O sistema de odorização possui alarmes e o operador na sala de controle recebe, de imediato, alarme de falha da bomba e o controle de taxa de injeção. Como o sistema de injeção de líquido odorante no gás natural opera com duas bombas (redundantes), em caso de falha, o controlador aciona de imediato a bomba reserva de maneira a manter o sistema ininterrupto.

8.3.6. Falha nos vaporizadores

O sistema de armazenamento possui 4 conjuntos de vaporizadores por módulo, sendo que uma das unidades é considerada back-up para os casos de falha.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

9. Operação:

(X) Local () Remota	
(X) Própria (X) Terceirizada	Informar a empresa: Engear Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda
Quantidade de funcionários: Próprios: 12 Terceirizados: 3	
Software de operação: Scada	
Fornecedor do software (sistema): ABB	
-Indicadores de gestão: h/m (Indisponibilidade da planta)	

10. Manutenção Geral e Preventiva:

(X) Própria (X) Terceirizada	Informar a empresa: Engear Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda	
Quantidade de funcionários: Próprios: 04 Terceirizados: 02		
Software de gerenciamento de manutenções: Fracttal		
Fornecedor do software (sistema):		
Plano de Manutenção Geral: (dos equipamentos críticos)	(X) SIM (Vide Anexo) (X) NÃO	
Data da última paralisação para a manutenção preventiva:		
Referência para determinação da periodicidade e escopo das manutenções preventivas:	As manutenções preventivas possuem periodicidade definida pela matriz de criticidade e indicação dos fornecedores dos equipamentos. A referência adotada é o PAS55 (gestão de ativos)	

11. Monitoramento / Controle / Prevenção:

11.1. Monitoramento e Controle:

A Estação de Regaseificação é provida de uma sala de controle que possui a função de monitoramento contínuo, através de sistema supervisório, das variáveis da planta e gerenciamento dos alarmes proveniente de possíveis desvios de processo.

O sistema supervisório realizará também o controle das variáveis de processo, para cada uma das etapas de regaseificação, possibilitando atuação remota de bloqueio e Trip (Parada Emergencial) da planta.

O sistema supervisório (SCADA) está interligado aos painéis de controle. Estes painéis de controle foram projetados para atuarem com redundância, aumentando a confiabilidade no sistema de controle.

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

De maneira auxiliar, o sistema de controle possui alimentação elétrica redundante, onde nos casos de falha de energia possui duas unidades de moto geradores com potência individual de 136 kVA | 109 kW operados a diesel, além da UPS (banco de baterias para 2 horas de autonomia nos casos de falha dos geradores)

Todos os sistemas de controle são monitorados por operador, em regime de 24/7, realizando intervenções quando necessário.

11.2. Sistemas de Segurança (Emergência):

A planta dispõe de alarmes de emergência e plano de atendimento a situações emergenciais, sendo provida de dispositivos de detecção de vazamento de gás e de incêndio, que estão interligados a uma central de alarmes que, por sua vez, emite um sinal sonoro nos casos de vazamento de gás ou incêndio.

A planta está equipada com diversos dispositivos de acionamento para parada de emergência (ESD), classificados como manual e automático:

a) Manual:

i) Botão de Alarme de Incêndio: Acionamento do alarme realizado manualmente pelos trabalhadores, ao identificarem uma situação de risco, através das botoeiras instaladas em pontos específicos da planta (ver Anexo-01).

ii) Botão ESD (Processo): Acionamento manual de emergência realizado por botoeiras de Trip localizadas nos painéis de controle em cada área da planta e na sala de controle.

b) Automático:

i) Por Detectores: Acionamento pela central de alarmes ao detectar incêndio ou vazamento de gás, conforme indicação do Anexo-01.

ii) Por Intertravamento: Acionamento automático através de instrumentos de segurança nos processos críticos, compondo um sistema de intertravamento que aciona o comando de ESD (Emergency Shutdown) e alarmes no sistema supervisório da sala de controle.

O acionamento através de sistemas de intertravamento é destinado a proteger a planta quanto aos limites máximos operacionais previstos em projeto, visando aumentar a segurança operacional da planta e dos operadores.

12. Equipamentos / Peças Sobressalentes:

Foi considerado em projeto redundância para os equipamentos mais críticos da planta visando aumentar a confiabilidade e reduzir o número de peças sobressalentes em estoque. Contudo, de acordo com a criticidade do ativo, conforme matriz de criticidade e análise Hazop, foi considerado alguns sobressalentes para os principais equipamentos, conforme relação contida no Anexo A.5 - Relação de Instrumentos Críticos;

MEMORIAL DESCRITIVO SEGURO DE RISCOS OPERACIONAIS

13. Experiências do Risco / Sinistros:

13.1. Fase de Obra:

13.1.1. Sem nenhuma ocorrência de sinistros

13.2. Fase de Operação:

13.2.1. Em fase pré-operacional, sem nenhuma incidência de sinistros

14. Anexos:

- a) A.1 - ET.GEOPE.007: Especificação Técnica dos Módulos de Transferência, Medição e Armazenamento de GNL
- b) A.2 - ET.GEOPE.008 : Especificação Técnica do Gasoduto de Distribuição;
- c) A.3 - ET.GEOPE.009: Especificação Técnica da Estação de Entrega;
- d) A.4 - Projetos: Regaseificação, Gasodutos, MS, ERPM
- e) A.5 - Relação de Instrumentos Críticos
- f) A.6 - Apresentação do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN2) para a Unidade de Pelotização da Vale - São Luís/MA

LUCROS CESSANTES

1. Dados do Segurado:

Nome: Companhia Maranhense de Gás - GASMAR
 CNPJ: 05.121.359/0001-30
 Endereço: Rua dos Azulões, Quadra 2, Lote 1, Edifício Office Tower, Sala 607, Jardim Renascença, São Luís, Maranhão, CEP: 65.075-060

2. Locais de Risco:

Local	Empresa	CNPJ	Descrição	Endereço
1a	Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	05.121.359/0001-30	Estação de Regaseificação	Porto de Itaqui: Eixo X: 571059,256 Eixo Y: 9716442,713
1b			Gasoduto - Rede Externa	Traçado conforme plantas: DE.EE0523.003.VPT.059 DE.EE0523.003.VPT.060 DE.EE0523.003.VPT.061 DE.EE0523.003.VPT.062 DE.EE0523.003.VPT.063 DE.EE0523.003.VPT.064 DE.EE0523.003.VPT.065 DE.EE0523.003.VPT.066 DE.EE0523.003.VPT.067 DE.EE0523.003.VPT.068 DE.EE0523.003.VPT.069 DE.EE0523.003.VPT.070 DE.EE0523.003.VPT.110, em anexo
1c			Módulo de Segurança (MS)	Área da Vale: Eixo X: 572982,304 Eixo Y: 9717182,278
1d			Gasoduto - Rede Interna	Área da Vale: DE.002.003.GEN.015 - Rev.17 - RAMAL INTERNO - VALE
1e			Estação de Regulagem de Pressão e Medição (ERPM)	Área da Vale: Eixo X: 572816,878 Eixo Y: 9717137,985

3. Data Base: 08/2024

4. Detalhamento:

Valores em R\$ milhões

Itens Considerados (Base Anual)	Valores dos Últimos 12 Meses	Valores Estimados Próximos 12 Meses
A - VENDAS	0	34.613
Receita com serviço		34.613
B - GASTOS VARIÁVEIS	0	(4.932)
Impostos indiretos		(4.932)
C - GASTOS FIXOS	0	(4.546)
Custos operacionais		(3.891)
SG&A		(655)
D - EBITDA	0	25.134
E - DEPRECIAÇÃO	0	(5.554)
F - LAIR	0	19.580
G - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	0	(6.369)
H - LUCRO LÍQUIDO	0	13.211
I - LUCRO BRUTO SEGURÁVEL (H – C)	0	17.757

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

À GASMAR,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Razão Social: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ Cidade: _____ UF _____
CEP: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa Proposta de Preços relativa ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024, que trata da contratação de empresa de seguro na modalidade de Seguro Empresarial - Riscos Operacionais (All Risks), para cobertura de avarias, perdas e danos materiais nas instalações e/ou conteúdo integrantes do Sistema de Distribuição de Gás Natural para a Unidade de Pelotização da Vale - São Luís/MA, operado pela Companhia Maranhense de Gás - GASMAR, em decorrência de acidentes que aconteçam ou se originem, por conta própria e/ou de terceiros, em todos os Locais de Risco, localizados em vias públicas e/ou privadas, bens do segurado em local próprio e/ou de terceiros, conforme condições e especificações apresentadas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
1	Seguro Empresarial - Riscos Operacionais (All Risks), para cobertura de avarias, perdas e danos materiais nas instalações e/ou conteúdo integrantes do Sistema de Distribuição de Gás Natural para a Unidade de Pelotização da Vale - São Luís/MA, operado pela Companhia Maranhense de Gás - GASMAR, em decorrência de acidentes que aconteçam ou se originem, por conta própria e/ou de terceiros, em todos os Locais de Risco, localizados em vias públicas e/ou privadas, bens do segurado em local próprio e/ou de terceiros.	SERVIÇO	1	R\$	R\$

Pelo presente, declaramos ainda que:

a) Nossa proposta de preços foi elaborada considerando todas as despesas diretas, como mão-de-obra direta, equipamentos, materiais, subcontratados etc., e quaisquer outras despesas indiretas como mão-de-obra indireta, ferramentas, EPI, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, enfim, todos os componentes de custo necessários à perfeita execução do objeto

deste Edital e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação;

b) A proposta possui **validade de 60 (sessenta) dias** consecutivos, contados da data de sua apresentação, ressalvando que, na hipótese de recurso, e tendo em vista o seu efeito suspensivo, o prazo de validade desta proposta de preços não correrá durante o período de recebimento e julgamento dos recursos;

c) Na execução do objeto desta proposta, observaremos rigorosamente as especificações técnicas, as condições e os prazos estabelecidos no edital e em seus respectivos anexos, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita execução das obrigações assumidas.

Local, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do responsável legal da licitante

NOTA 01: Esta proposta deverá estar em papel timbrado da licitante, assim como assinada pelo seu responsável legal.

ANEXO III - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

DADOS PARA CONTRATO			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ/MF:		REGIME TRIBUTÁRIO:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:		INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONES:			
E-MAIL CORPORATIVO (Faturamento/Contas a Receber):		E-MAIL CONTADOR (Envio DIRF anual):	
DADOS FINANCEIROS			
FAVORECIDO:		CNPJ/CPF:	
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:	
A conta bancária deve ser em nome da Pessoa Jurídica contratada. Admite-se exceção nos casos de Microempreendedor Individual (MEI), que pode usar a conta em nome de Pessoa Física, desde que esta conta esteja no nome do próprio microempreendedor individual. É vedada a utilização de contas em nome de terceiros.			
DADO(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) - quem vai assinar o contrato.			
NOME:			
NACIONALIDADE:	RG nº / ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:	
PROFISSÃO:	CARGO OCUPADO:	ESTADO CIVIL:	
END. RESIDENCIAL:			
BAIRRO:	CIDADE:	ESTADO:	CEP:
EMAIL:			
Preencher abaixo caso tenha mais de um representante que vá assinar o contrato.			
NOME:			
NACIONALIDADE:	RG nº / ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:	
PROFISSÃO:	CARGO OCUPADO:	ESTADO CIVIL:	
END. RESIDENCIAL:			
BAIRRO:	CIDADE:	ESTADO:	CEP:
EMAIL:			

São Luís, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do responsável legal da licitante